

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Felipe Carlos dos Reis

**AS CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM
REALIZADAS SOB A INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO NO ANO DE 2018**

Resende

2020

Felipe Carlos dos Reis

**AS CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM
REALIZADAS SOB A INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO NO ANO DE 2018**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador: Prof. Anvalgleber Souza Linhares

Resende

2020

Felipe Carlos dos Reis

**AS CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E
DA ORDEM REALIZADAS SOB A INTERVENÇÃO FEDERAL NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO ANO DE 2018**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em _____ de _____ de 2020

Banca examinadora:

Nome completo, Posto de graduação
(Presidente/Orientador)

Nome completo, Posto de graduação

Nome completo, Posto de graduação

Resende
2020

Dedico este trabalho, primeiramente à Deus, que esteve por mim, não me abandonou nem me desamparou em nenhum momento e realizou o desejo do meu coração de me tornar oficial do Exército Brasileiro. Dedico também aos meus pais, que sempre me incentivaram e estiveram presentes em todas as vitórias, conquistas e principalmente nas derrotas. Por último, à todos que participaram da minha trajetória, da mais simples palavra de incentivo à presença motivadora. Todos, de alguma forma, apoiaram-me na conquista esse sonho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Cel Linhares, meus sinceros agradecimentos pela dedicação e paciência durante a elaboração deste trabalho, bem como pela orientação e pelas ótimas sugestões que facilitaram a sua realização.

RESUMO

AS CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM REALIZADAS SOB A INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO ANO DE 2018

AUTOR: Felipe Carlos dos Reis

ORIENTADOR: Anvalgleber Souza Linhares

No dia 16 de fevereiro de 2018, após um aumento da criminalidade e uma grave crise de segurança pública, foi anunciada a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro por meio do Decreto n.º 9.2882, de 16 de fevereiro de 2018 (Dec. 9.288/18). A Intervenção Federal teve por objetivo “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública no Estado do Rio de Janeiro”. Houve um aumento significativo das Operações de Garantia da Lei e da Ordem nos últimos anos no Brasil e estas operações possuem características e peculiaridades diferentes dos demais tipos de operações. Assim, este trabalho teve por objetivo apresentar e avaliar estas características, tendo em vista que o contexto atual indica a continuidade o emprego das Forças Armadas neste tipo de operações. Além disso, procurou buscar essas mesmas características em operações realizadas antes da Intervenção Federal, evidenciando a importância do conhecimento destas características. Por meio de uma análise dos documentos e legislações do Exército Brasileiro, bem como diversos artigos científicos e publicações, levantou-se como estiveram presentes durante o emprego das tropas no Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Intervenção Federal. Garantia da Lei e da Ordem. Características. Emprego da tropa

ABSTRACT

THE CHARACTERISTICS OF THE LAW AND ORDER GUARANTEE OPERATIONS CARRIED OUT UNDER FEDERAL INTERVENTION IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO IN 2018

AUTHOR: Felipe Carlos dos Reis

ADVISOR: Anvalgleber Souza Linhares

On February 16, 2018, after an increase in criminality and after a serious public security crisis, the Federal Intervention in the State of Rio de Janeiro was announced through Decree No. 9.2882 of February 16, 2018 (Dec. 9.288 / 18). The Federal Intervention aimed to "put an end to the serious compromise of public order in the State of Rio de Janeiro". There was a significant increase in Law and Order Guarantee Operations recently in Brazil and these operations have different characteristics and peculiarities from other types of operations. This work aimed to present and evaluate these characteristics, considering that the current context indicates the continued use of the Armed Forces in this type of operations. In addition, it sought to seek these same characteristics in operations carried out before the Federal Intervention, seeking to highlight the importance of knowing these characteristics. Through an analysis of the documents and legislation of the Brazilian Army, as well as several scientific articles and publications, it was raised how they were present during the employment of troops in the State of Rio de Janeiro.

Keywords: Federal Intervention. Guarantee of Law and Order. Characteristics, Troop employment.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ACISO	Ações Cívico-Sociais
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
APOP	Agente de Perturbação da Ordem Pública
CBMERJ	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
CISP	Circunscrições Integradas de Segurança Pública
CML	Comando Militar do Leste
COTER	Comando de Operações Terrestres
DMT	Doutrina Militar Terrestre
FFAA	Forças Armadas
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
IFERJ	Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro
MD	Ministério da Defesa
OBA	Operações de Busca e Apreensão
Op GLO	Operações de Garantia da Lei e da Ordem
ORCRIM	Organizações Criminosas
PCERJ	Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
PF	Polícia Federal
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
SEAP	Secretária de Administração Penitenciária
SEDEC	Secretaria de Defesa Civil
SESEG	Secretaria de Segurança Pública

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 OBJETIVOS.....	10
1.1.1 Objetivo geral.....	10
1.1.2 Objetivos específicos.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 REQUISITOS PARA O DECRETO DE INTERVENÇÃO FEDERAL EM UM ESTADO.....	12
2.2 REQUISITOS PARA OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM.....	13
2.3 CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM	14
2.4 CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM EM OUTRAS OPERAÇÕES.....	16
2.4.1 Operação Arcanjo.....	16
2.4.1.1 Como foram as Op GLO quanto à característica ações descentralizadas?.....	16
2.4.1.2 Como foram as Op GLO quanto à característica complexidade situacional?...	17
2.4.1.3 Como foram as Op GLO quanto à característica prevalência das operações em áreas edificadas?.....	18
2.4.2. Operação São Francisco.....	18
2.4.2.1 Como foram as Op GLO quanto à característica ações descentralizadas?.....	18
2.4.2.2 Como foram as Op GLO quanto à característica complexidade situacional?...	19
2.4.2.3 Como foram as Op GLO quanto à característica prevalência das operações em áreas edificadas?.....	19
3 REFERENCIAL METODOLÓGICO	21
3.1 TIPO DE PESQUISA	21
3.2 MÉTODOS	21

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
4.1 AÇÕES DESCENTRALIZADAS	22
4.2 COMPLEXIDADE SITUACIONAL	27
4.3 OPERAÇÕES EM ÁREAS EDIFICADAS	29
5 CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

A regulamentação de suas competências constitucionais permitiu que as Forças Armadas fossem empregadas em diversas missões de Garantia da Lei e da Ordem ao longo dos últimos anos, em diferentes contextos, e por todo território brasileiro. No ano de 2018, O Estado do Rio de Janeiro passava por uma profunda crise na segurança pública e após solicitação do governador Luiz Fernando Pezão, o Exército Brasileiro participou da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro (IFERJ), previsto no Decreto 9.288 de 16 de fevereiro de 2018.

A atuação do Exército Brasileiro (EB) em operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) possui características específicas e distintas dos demais tipos de operações militares. Assim, para realização desse trabalho, formula-se o seguinte problema: quais foram as características das Operações de Garantia da Lei e da Ordem realizadas sob a Intervenção Federal ocorrida no estado do Rio de Janeiro em 2018?

Com base nesse questionamento, este trabalho buscou apresentar as características das Op GLO definidas pelo Comando de Operações Terrestres (COTER), bem como identificá-las no contexto da Intervenção Federal no Rio de Janeiro e em outras operações realizadas pelas Forças Armadas anteriormente.

O crescente emprego contemporâneo do Exército Brasileiro neste tipo de operação justifica esta pesquisa que procura trazer lume às características das Op GLO. O eficiente conhecimento dessas operações visa preparar os militares que, em expressiva quantidade, certamente estarão sendo empregados em operação desse quilate.

1.1 OBJETIVOS

Os objetivos que nortearam a pesquisa que ora se manifesta neste trabalho monográfico foram os que se seguem.

1.1.1 Objetivo geral

Realizar uma análise das Op GLO realizadas durante a Intervenção Federal que ocorreu no estado do Rio de Janeiro no ano de 2018 do ponto de vista de suas características.

1.1.2 Objetivos específicos

Avaliar os requisitos objetivos legais para o decreto de uma Intervenção Federal em um Estado.

Avaliar os requisitos objetivos legais das Op GLO.

Descrever como são caracterizadas as Op GLO nos conflitos atuais.

Avaliar as características das Op GLO em operações realizadas pelas Forças Armadas em outras ocasiões.

Avaliar as características das Op GLO presentes na Intervenção Federal de 2018.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 REQUISITOS PARA O DECRETO DE INTERVENÇÃO FEDERAL EM UM ESTADO

A Constituição Federal admite a intervenção da União nos Estados e no Distrito Federal e será decretada para as seguintes situações: manter a integridade nacional; repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra; garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes da unidade da Federação; reorganizar as finanças dos entes federados; assegurar a observância dos princípios fundamentais proclamados na Constituição Federal e pôr termo a grave comprometimento da ordem pública. (BRASIL, 1988). Para entender os requisitos de uma intervenção é necessário entender cada um dos casos em que a Constituição prevê o uso deste mecanismo.

Para manter a integridade nacional, a União pode intervir quando uma parte do país se declarar independente, já que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. (BRASIL, 1988). Segundo o Ministro Lewandowski, esta hipótese é de inteiro arbítrio do Presidente da República e não depende de provocação, sequer dos governos estaduais, devendo apenas ser submetida à apreciação do Congresso Nacional. (LEWANDOWSKI, 1994).

No caso de invasão estrangeira, Manoel Gonçalves Ferreira Filho ressalta que a intervenção não possui caráter punitivo. “Para a deflagração da intervenção neste caso basta a comprovação da usurpação do território nacional.” (FILHO, 2000, p. 231). Portanto se algum país vir a invadir o território brasileiro, sem decretar guerra, o Governo pode decretar intervenção e usar suas Forças Armadas para repelir os invasores.

A Constituição prevê a tripartição dos Poderes, separando-os em Executivo, Legislativo e Judiciário. No caso de intervenção para garantir o livre exercício de qualquer um dos três Poderes, a hipótese de intervenção federal objetiva assegurar o funcionamento livre de qualquer um dos poderes que esteja impedido de exercer as suas atividades e funções.

Devido à interdependência econômica entre os entes federados, a desorganização das finanças de qualquer um deles afeta, direta ou indiretamente, os demais. “Assim, o governo central não pode permanecer imóvel em tais circunstâncias, podendo se valer da intervenção federal sobre o ente que apresente problemas financeiros, com o fim único de saná-los.” (LEWANDOWSKI, 1994, p. 97).

Por último, mas não menos importante, a União intervirá para coibir grave comprometimento da ordem pública. Entende-se por ordem pública o funcionamento normal

da sociedade, desde suas instituições, escolas, hospitais e etc. “A solicitação dos Poderes locais seja o Legislativo ou Executivo poderão solicitar ao Chefe do Executivo a decretação da intervenção no caso de estarem sofrendo coação no exercício de suas funções.” (JONAS, 2018).

2.2 REQUISITOS PARA OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

As Op GLO são operações militares de coordenação e cooperação de agências (CCA), realizadas no contexto específico da missão constitucional da garantia da lei e da ordem, podendo ser desenvolvidas em ambiente rural ou urbano. (BRASIL, 2018, p.13).

O emprego das Forças Armadas em GLO é amparado pelos seguintes ordenamentos jurídicos: Constituição Federal (1988), Lei Complementar Nr 97(1999), Decreto Nr 3897 (2001) e Lei Complementar Nr 117 (2004). Em seu Capítulo II, a Constituição Federal regula as destinações das Forças Armadas:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (BRASIL, 1988)

As duas primeiras destinações mencionadas no artigo (defesa da pátria; garantia dos poderes constitucionais) retratam a competência primária e elementar das Forças Armadas. A última, por sua vez, retrata sua competência secundária e deve ser empregada quando é constatado um esgotamento dos órgãos destinados à preservação de segurança pública ou em graves situações de perturbação da ordem.

Os órgãos destinados à preservação da ordem pública são: a polícia federal, a polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, policias civis, policias militares e corpos de bombeiros militares segundo o Art. 144 da Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 1988). Os motivos de esgotamento desses instrumentos foram diversos, tais como: falta de recursos humanos e materiais, significativo aumento da violência, atos de vandalismo contra instalações públicas e etc.

A própria Lei Complementar nº 97 de 1999 define o esgotamento dos instrumentos relacionados no art. 144 da CF/88:

Consideram-se esgotados os instrumentos relacionados no art. 144 da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional. (BRASIL, 1999).

Quando o Chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual reconhecer como indisponíveis os instrumentos destinados à preservação da segurança pública, ele solicitará o emprego das Forças Armadas ao Presidente da República. Somente assim poderá o Presidente da República decidir sobre o emprego ou não das Forças Armadas.

Entende-se como indisponível aquele órgão de segurança pública (OSP) que, apesar de ter seu efetivo completo e ter capacidade de gerir os problemas de emprego de sua força naquele território, esteja com restrições ao seu emprego, por causa de greves, paralisações parciais ou desvio de finalidade. (BRASIL, 2018, p.14)

Caso o Presidente da República decida empregar as Forças Armadas, ele então encaminhará mensagem ao Ministro de Estado da Defesa para ativar os órgãos operacionais daquelas, bem como controlar e coordenar, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, as ações de caráter preventivo e operativo, necessárias para assegurar o resultado das Op GLO (BRASIL, 2018, p.14).

2.3 CARACERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM

Tendo em vista o aumento do uso das Forças Armadas em Op GLO e visando aprimorar ainda mais o preparo das tropas para esses tipos de operações, o Ministério da Defesa através do Comando de Operações Terrestres (COTER) editou em 2018 o manual EB 70-MC-10.242 Operações de Garantia da Lei e da Ordem (BRASIL, 2018). Nele, dentre outras informações, estão descritas as três características dessas operações. São elas: ações descentralizadas, complexidade situacional e prevalência das operações em áreas edificadas.

A descentralização das ações ocorre em virtude da necessidade de presença da tropa em toda a área de garantia da lei e da ordem (A GLO), atendendo ao princípio da dissuasão (BRASIL, 2018). Devido as peculiaridades do ambiente de combate dessas operações, é necessário que as tropas sejam empregadas não apenas nas regiões onde há uma maior

presença do problema, seja ele o crime organizado, tráfico ou outros, mas na maior área de responsabilidade possível. Assim, é possível agir de forma definitiva no foco do problema e de forma dissuasiva em seu entorno. Essa atuação dissuasiva é tão importante quanto a ação principal pois ela pode atingir uma proporção maior a ponto de ser decisiva para o andamento das operações.

O manual de GLO define complexidade situacional como: “a dificuldade em se identificar e definir ameaças (concretas ou potenciais), a multiplicidade de vetores (civis e militares) e a dificuldade de coordenação de diversos atores com interesses diferentes requerem detalhada consciência situacional.” (BRASIL, 2018a, p.17). Os três fatores citados explicitam a dificuldade da atuação das tropas durante as operações.

As Op GLO majoritariamente ocorrem em áreas com grande quantidade de civis, o que dificulta a distinção entre ameaça concreta ou potencial. Já a multiplicidade de vetores é um fator que, se utilizado de forma correta, pode ser favorável à tropa, ao passo que pode ser favorável ao agente de perturbação da ordem pública (APOP) se usado contra a tropa. Um exemplo de forma favorável à tropa é o uso de habitantes locais para levantamento de informações sobre a região, sobre o inimigo e até mesmo sobre a opinião local a respeito da presença da tropa.

Por último, a detalhada consciência situacional é fundamental em todos os tipos de combate, mas nas Op GLO, em caráter especial, pela grande quantidade de atores envolvidos direta e indiretamente no conflito. Nos combates atuais, é indispensável que todos os envolvidos, desde o soldado na linha de frente até o delegado local, tenham a noção do desencadeamento das ações até para que possam servir como sensores de inteligência.

As operações em áreas edificadas em si já exigem um cuidado redobrado e um intenso adestramento da tropa. Trata-se de um ambiente operacional que possibilita inúmeras desvantagens para a tropa, oferecendo cobertas e abrigos e um relativo comandamento ao inimigo. (BENITES, 2019). Além disso, esse ambiente muitas vezes limita o uso de blindados, aumentando a vulnerabilidade da tropa. Outros fatores devem ser levados em consideração nesse tipo de ambiente como: o tipo de munição a ser usado, a alta probabilidade de efeitos colaterais (por conta da presença de civis em seu entorno), o desgaste da tropa, entre outros.

“A Doutrina Militar Terrestre (DMT) observa que o ambiente operacional tornou-se congestionado em razão do desenvolvimento das operações em áreas humanizadas ou no seu entorno.” (JUNIOR, 2018, p. 15). Em seu artigo, Junior diz que a considerável presença de civis no ambiente de batalha aumenta significativamente a possibilidade de danos colaterais

bem como dificulta a distinção entre ameaça e civil. Esse fator deve ser levado em conta principalmente para o preparo de efetivos para missões dessa natureza.

2.4 CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM EM OUTRAS OPERAÇÕES.

O uso das Forças Armadas, especialmente o Exército Brasileiro, para combater uma ameaça em território nacional tem sido recorrente. Das 115 ações de GLO desencadeadas nos últimos 30 anos, 65 foram realizadas no Comando Militar do Leste (CML), região que abrange os Estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. (DÓRIA, 2018). Apesar de cada ação dessa possuir suas peculiaridades específicas, é importante compará-las para que seja possível estabelecer parâmetros e levantar ensinamentos que possam ser usados em operações futuras.

Para objeto de comparação foram utilizadas a Operação Arcanjo, deflagrada nos Complexos da Penha e do Alemão entre 2010 e 2012, e a Operação São Francisco realizada no Complexo da Maré no período compreendido entre os anos de 2014 e 2015. Para fins de comparação foram levantadas as características apontadas no manual EB 70-MC-10.242 (ações descentralizadas, complexidade situacional e prevalência das operações em áreas edificadas) em cada operação usada como objeto de estudo.

2.4.1 Operação Arcanjo

A Operação Arcanjo foi uma missão determinada pelo Presidente da República em novembro de 2010, por solicitação do Governador do Rio de Janeiro face aos graves problemas de segurança pública do estado. O objetivo da missão era empregar as Forças Armadas para Garantia da Lei e da Ordem, na cidade do Rio de Janeiro, em apoio às ações de invasão das Forças de Segurança Pública ao Complexo da Penha. Cabe ressaltar que o Rio de Janeiro, na época, passava por graves problemas ligados a segurança pública como: aumento da criminalidade, incêndio de veículos, ataques a cabines da Polícia Militar e a veículos militares, assaltos e assassinatos. (LIMA, 2012).

2.4.1.1 Como foram as Op GLO quanto à característica ações descentralizadas?

Segundo Mendes (2012), a Área de Pacificação Arcanjo englobava cerca de 28 Km², sendo cerca de 12 Km² pertencentes ao Complexo do Alemão e aproximadamente 16 Km² ao Complexo da Penha, compreendendo uma região de aglomerado urbano vertical, com aproximadamente 150.000 habitantes. A amplitude do ambiente de atuação e sua complexidade exigiu a descentralização das ações.

Para essa descentralização, as atividades de patrulhamento e monitoramento das ações dos traficantes se intensificaram. Grupos de patrulha chegaram a executar até 400 missões por dia e Pontos Fortes foram organizados em locais críticos, visando mitigar a imagem do tráfico perante a população local. Além disso, Postos de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas (PBCVU) foram instalados em pontos críticos para a realização de revista de pessoas e veículos, uma outra maneira de reforçar a presença da tropa no local.

Ocupação de pontos fortes, operações de busca e apreensão (OBA) e patrulhamentos a pé e motorizados também foram ações que visaram atender o princípio da dissuasão. Um importante instrumento de dissuasão usado durante as operações foi o uso do blindado. Sua rusticidade e proteção afetavam significativamente o poder dissuasório da tropa.

Por último, a execução das Ações Cívico-Sociais (ACISO), bem como os trabalhos relativos à área de Comunicação Social também foram de extrema importância para a operação diminuindo a quantidade de enfrentamentos entre a tropa e a população, além de contribuírem para o aumento da confiança da população na instituição. (DÓRIA, 2018)

2.4.1.2 Como foram as Op GLO quanto à característica complexidade situacional?

“O Complexo da Penha é formado por nove comunidades com uma população de cerca de 186.000 habitantes em 58.619 domicílios na época da operação.” (LIMA, 2012, p. 44). Esse simples fato evidencia o tamanho da complexidade da Operação Arcanjo em termos de definição de ameaças. A grande presença de civis dificultava a diferenciação entre as ameaças concretas e potenciais e exigia uma alerta constante dos militares.

Outro ponto importante foi o trabalho realizado na área das relações civil-militares, caracterizado principalmente pelas ações sociais realizadas em conjunto com ONGs e Associações de Moradores. Dentre essas ações destacam-se as palestras realizadas nas escolas das comunidades, reformas de escola e atividades recreativas. (NETO JUNIOR, 2016).

2.4.1.3 Como foram as Op GLO quanto à característica prevalência das operações em áreas edificadas?

Além da predominância de edificações na área de atuação da Operação Arcanjo, cabe ressaltar as características peculiares dessa região. Ela era composta por uma aglomeração de casas e barracos construídos de forma desestruturada, diversas ruas estreitas, muitas delas sem identificação e com ligação à diferentes pontos das comunidades. De uma forma geral, essas características são semelhantes no palco de operações tanto das Operações Arcanjo e São Francisco, quanto das Operações desencadeadas durante a intervenção de 2018.

A proximidade de construções proporcionava uma grande quantidade de becos e vielas, locais que exigiam cautela durante a progressão das tropas, sejam elas a pé ou motorizadas. Além disso oferecia uma vantagem significativa para os APOP pois proporcionava locais para cobertas e abrigos, esconderijos para drogas e armas e permitia uma rápida evacuação. (LIMA, 2012).

2.4.2. Operação São Francisco

A Operação São Francisco foi uma missão autorizada pelo Presidente da República atendendo a solicitação encaminhada pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2014. Sua finalidade era cooperar com o processo de pacificação do Complexo da Maré – RJ e foi cumprida pelas Forças Armadas no período de abril de 2014 a junho de 2015. (MENDES, 2012)

2.4.2.1 Como foram as Op GLO quanto à característica ações descentralizadas?

A descentralização das ações durante a Operação São Francisco ocorreu devido ao seu tamanho e pela diversidade de organizações criminais existentes em sua área. Segundo Gonzaga (2015) a missão da F Pac englobou as seguintes comunidades do Complexo da Maré: Praia de Ramos, Parque Roquete Pinto e Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Conjunto Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Vila dos Pinheiros, Conjunto Pinheiros, Conjunto Novo Pinheiro – Salsa & Merengue, Vila do João e Conjunto Esperança. Essa abrangente área reforça o princípio da presença da tropa em toda a área de atuação. (LIMA, 2012).

Devido a descentralização das ações “foi constatado a necessidade de emprego de sistemas informacionais eficazes para controle do posicionamento instantâneo da tropa facilitando assim o controle no campo de batalha.” (DÓRIA, 2018, p. 36). Combinado com o emprego de blindados, essas duas formas de emprego foram os principais instrumentos de dissuasão contra as atividades das Organizações Criminais.

Assim como na Operação Arcanjo, as atividades de Comunicação Social e Assuntos Cíveis foram células determinantes para o desenvolvimento das atividades de Cooperação Civil-Militar. Ações como: pinturas de escolas e áreas de recreação, distribuição de produtos com informações institucionais, realização de ACISO, consultas médicas e odontológicas e reuniões com líderes comunitários, foram fundamentais para o aumento da confiança da população nas tropas.

2.4.2.2 Como foram as Op GLO quanto à característica complexidade situacional?

Do mesmo modo que na Op Arcanjo, a ameaça presente na Op São Francisco tinha um alto grau de complexidade. “O Complexo da Maré é localizado na Zona Norte do Município do Rio de Janeiro-RJ. Possui cerca de 130 mil habitantes (IBGE 2010) e é o maior conjunto de comunidades carentes totalizando quinze (15), chegando a mais de 43 mil domicílios” (DÓRIA, 2018, p. 26).

Dentre estes 130 mil habitantes encontravam-se jovens, idosos, mulheres, pessoas de bem, porém encontravam-se também criminosos das mais diversas facções. Muitas vezes esses criminosos misturavam-se à população local e até construía bocas de fumo próximas a escolas e locais que dificultaram a atuação dos militares.

O Exército atuou de forma conjunta com outras Forças, Agências Governamentais e Não-Governamentais durante a Operação São Francisco e os setores foram divididos em áreas de responsabilidade visando otimizar as operações. Apesar da divisão destes setores, foi necessária uma efetiva coordenação e um eficiente controle por parte do escalão superior sob todo a área de atuação. (LIMA, 2012).

2.4.2.3 Como foram as Op GLO quanto à característica prevalência das operações em áreas edificadas?

Não diferente do teatro de operações das demais operações, a Operação São Francisco, no que diz respeito à configuração do terreno, contava com um ambiente repleto de moradias construídas de forma irregular, predominantemente em morros, com muitos becos e vielas.

Isso, somado com a grande circulação de habitantes locais, aumentava significativamente a preocupação com a segurança dos militares empregados. (NEGRÃO, 2018)

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

Foi realizada uma revisão de literatura em manuais, artigos e relatórios visando identificar como foram caracterizadas as Op GLO durante a Intervenção Federal que foi decretada no estado do Rio de Janeiro em 2018.

3.2 MÉTODOS

O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica tendo em vista a utilização de conteúdo de artigos e publicações.

A técnica utilizada na produção da pesquisa foi a qualitativa e sua finalidade foi responder à questão formulada através de uma observação direta do objeto estudado.

A coleta de dados da pesquisa do presente trabalho deu-se por meio de pesquisa na literatura disponível, tais como relatórios, jornais, artigos, planos, monografias e dissertações. buscando-se os dados pertinentes ao assunto. Nessa oportunidade, foram levantadas as fundamentações teóricas para a comprovação ou não da hipótese levantada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para apresentar os resultados obtidos através da pesquisa realizada, este capítulo foi dividido em três sub itens, que são as próprias características das Op GLO definidas pelo COTER. Cada sub item apresenta uma análise e avalia a presença da referida característica durante a Intervenção Federal de 2018.

4.1 AÇÕES DESCENTRALIZADAS

Quando se fala em ações descentralizadas nas Op GLO, remete-se à necessidade da presença da tropa em toda sua área de atuação. No caso específico da situação estudada neste trabalho, essa questão se tornou ainda mais complexa, visto que a intervenção abrangeu não apenas uma comunidade específica, mas todo o Estado do Rio de Janeiro como diz Dória em seu artigo publicado:

No tocante a Intervenção Federal na área de Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, a diferença com outras operações de GLO executadas pelas FFAA foi a grande área em que se podia atuar, ou seja, todo o Estado, e as operações executadas eram pontuais e muito bem definidas, diferentemente de outras, onde a tropa ocupava e permanecia grande quantidade de tempo em uma comunidade específica. (DÓRIA, 2018, p. 43).

Para mitigar essa situação, foi introduzido um novo *modus operandi* pelas Forças Armadas durante a IFERJ. Esse novo modus operandi não visava mais ocupação de área, mas sim o de realizar ações pontuais, baseadas nas manchas criminais e em levantamentos de Inteligência.

O trabalho da Inteligência foi fundamental durante a IFERJ pois delimitava as áreas de risco, levantava locais críticos e facilitava a identificação dos APOP. Segundo Amazonas (2018) a Intervenção contou com estruturas de Inteligência dos eixos Segurança e Defesa já existentes e que elas realizavam seus trabalhos de acompanhamento sistêmico e especializado, mesmo antes da decretação da Intervenção Federal no Rio de Janeiro.

Além disso, houve uma integração dos setores de inteligência de todas as agências, direta e indiretamente envolvidas com a intervenção, como as secretarias do Estado, e dos Órgãos de Segurança Pública (OSP), para que de forma colaborativa fosse possível dirigir esforços e obter o máximo aproveitamento das informações processadas.

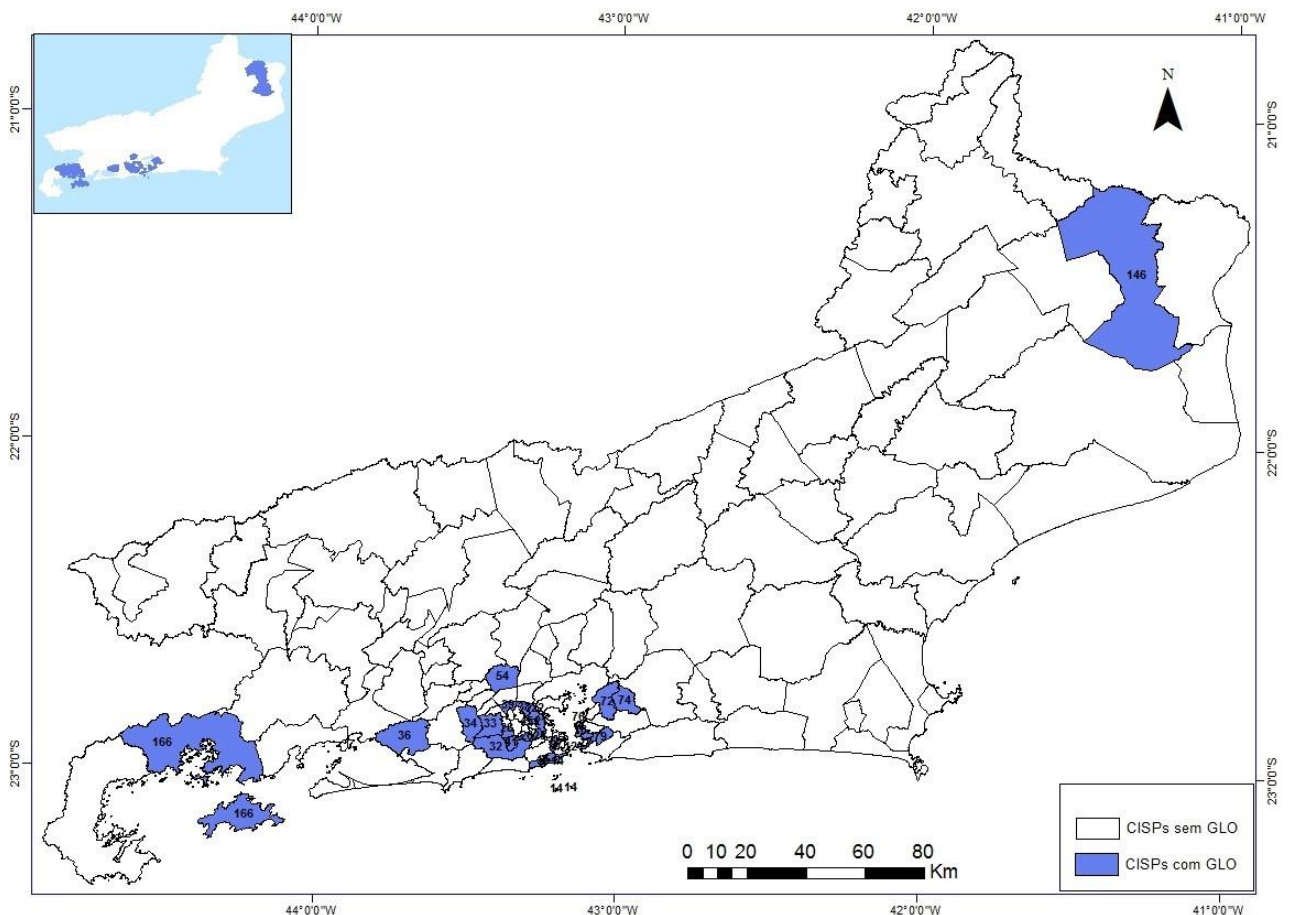
Devido a descentralização das ações e a baixa aceitabilidade de risco inerentes às operações de GLO em áreas urbanas, foi constatada a necessidade de emprego de sistemas

informacionais eficazes para controle do posicionamento instantâneo da tropa facilitando assim o controle no campo de batalha (DÓRIA, 2018, p.54).

Ao todo, entre os dias 21 de fevereiro e 24 de setembro de 2018, foram realizadas um total de 240 operações GLO em diferentes locais do estado. Além de operações em favelas, estas operações incluíram ações de patrulhamento de rodovias, varredura em presídios e ações em portos, e ações de patrulhamento contínuas com efetivo variável. Estas operações serviram para reforçar o princípio da dissuasão e intensificar a presença da tropa em sua área de atuação.

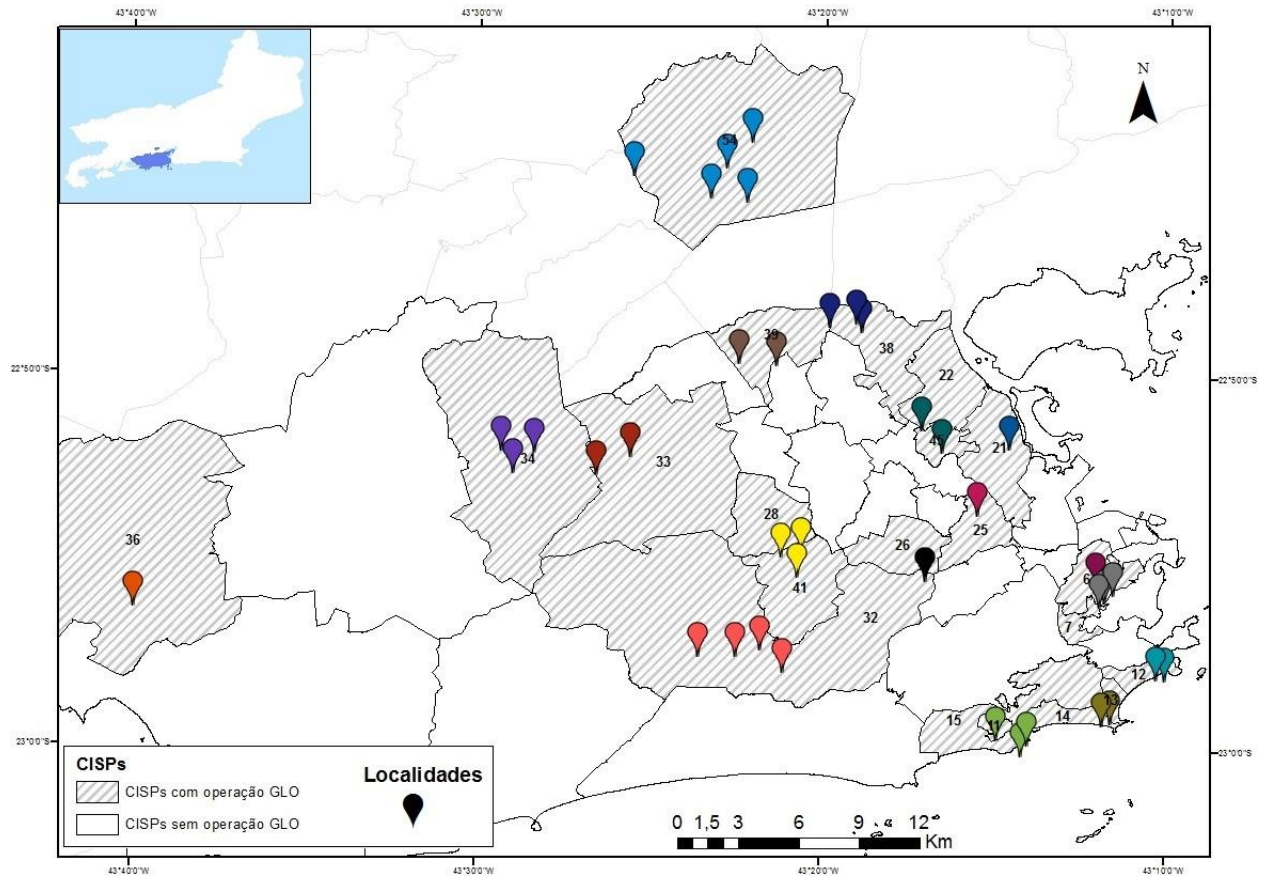
Os mapas a seguir apresentam as regiões do estado onde houve Op GLO durante a IFERJ. Os mapas de 1 a 4 mostram as Circunscrições Integradas de Segurança Pública (CISP), que correspondem às áreas de atuação das companhias integradas da polícia militar e as delegacias de polícia, onde houve operação GLO em comunidades:

MAPA 1: Operações GLO em comunidades pobres, por CISP, no âmbito da intervenção federal de 2018 – estado do Rio de Janeiro



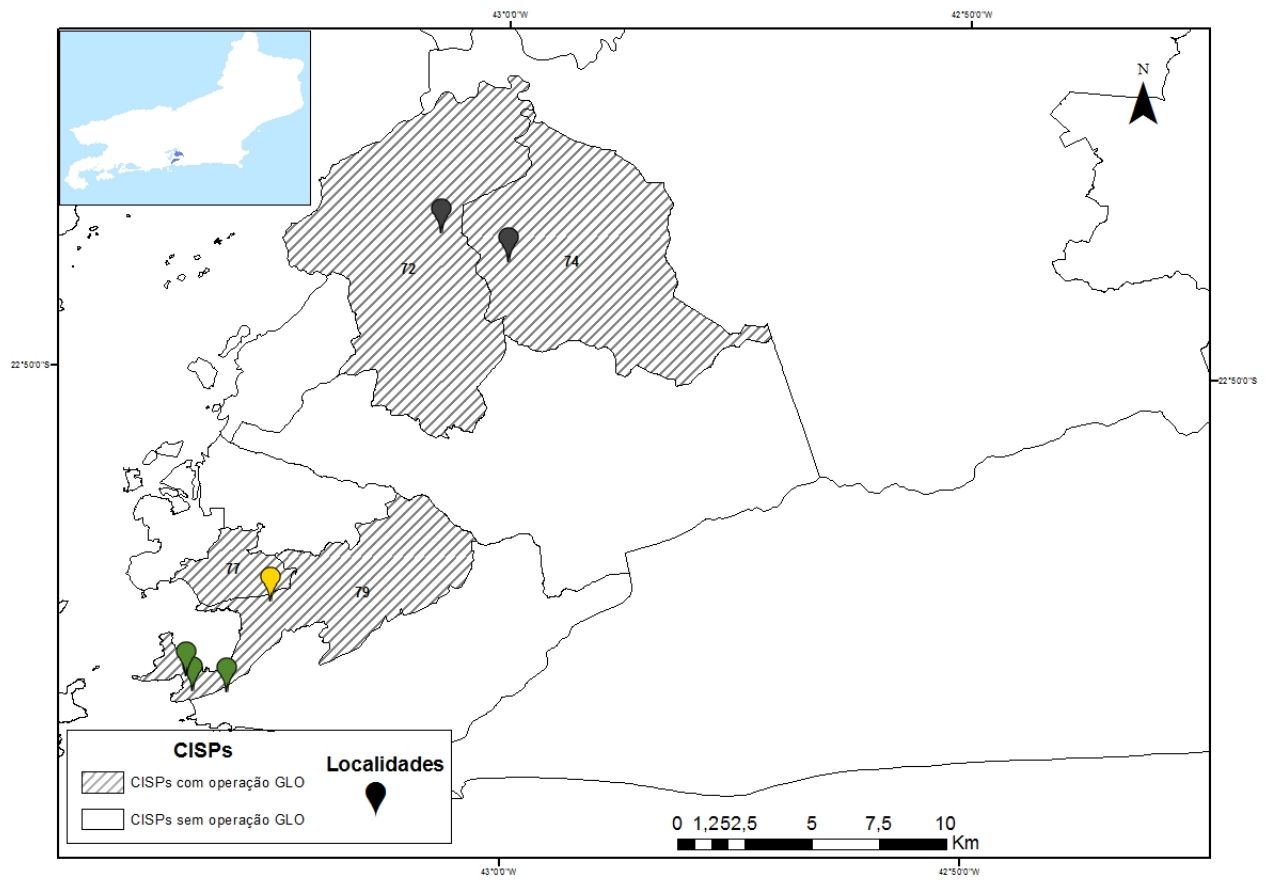
Fonte: GIF, CML.

MAPA 2: Operações GLO por CISP, com a localização das comunidades, no âmbito da intervenção federal de 2018 – Capital e Baixada Fluminense



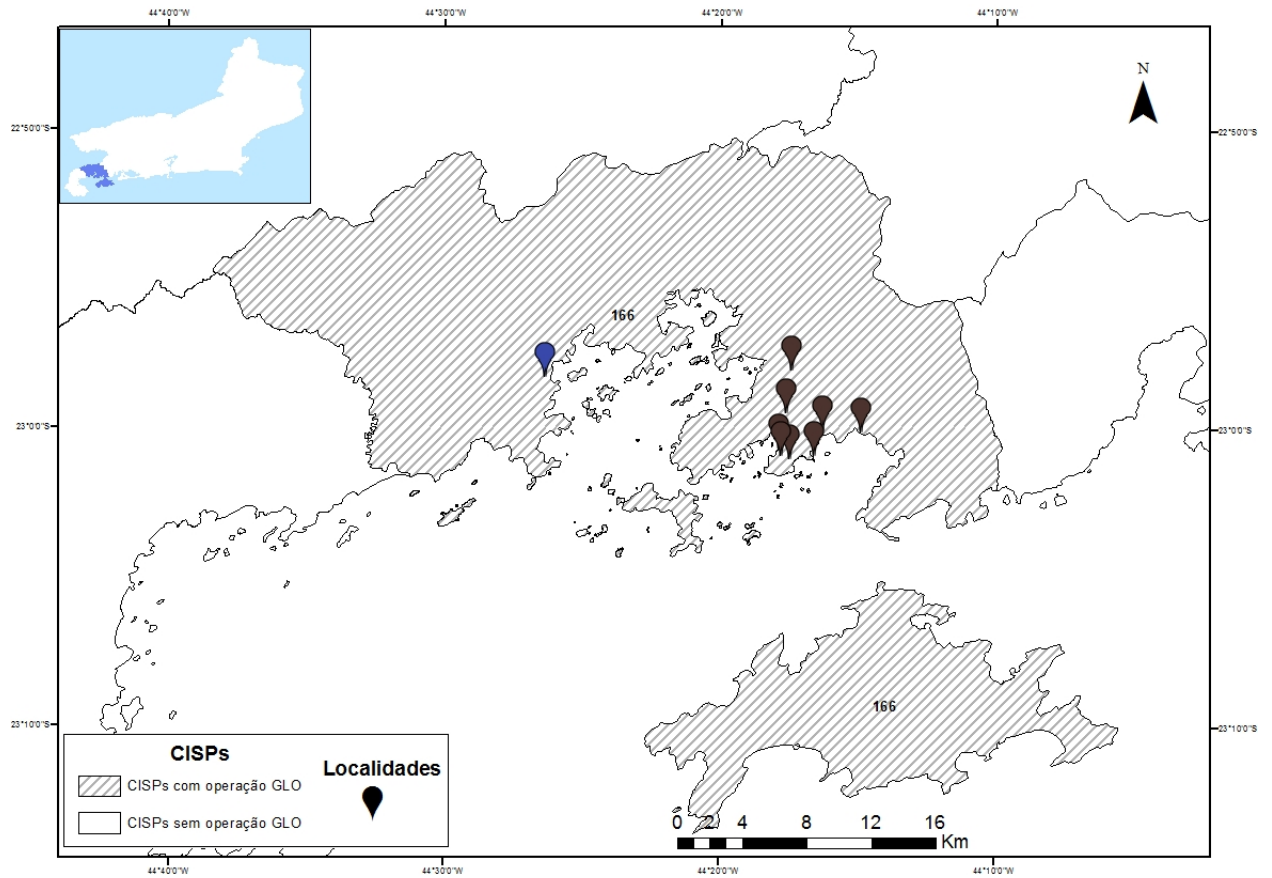
Fonte: GIF, CML e Google Maps.

MAPA 3: Operação GLO por CISP, com a localização das comunidades, no âmbito da intervenção federal de 2018 – Leste Fluminense



Fonte: GIF, CML e Google Maps.

MAPA 4: Operação GLO por CISP, com a localização das comunidades, no âmbito da intervenção federal de 2018 – Angra dos Reis



Fonte: GIF, CML e Google Maps.

4.2 COMPLEXIDADE SITUACIONAL

Para caracterizar as Op GLO da IFERJ quanto a sua complexidade situacional, foi preciso levar em consideração três pontos que estão presentes em sua própria definição: a dificuldade de identificação das ameaças, a multiplicidade de vetores e a dificuldade de coordenação de diversos atores com interesses diferentes.

Segundo Jonas, (2019) algumas características do ambiente operacional foram determinantes na definição das ações implementadas pela Intervenção Federal, dentre elas destacam-se as seguintes:

- caráter difuso das ameaças (concretas e potenciais);
- dificuldade de caracterizar os integrantes de facções de Organizações Criminosas (ORCRIM) e Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP) no seio da população e de definir os limites de suas ações;

Após decretada a Intervenção Federal no Rio de Janeiro, foram desencadeadas mais de 215 (duzentos e quinze) operações com a participação de 171.498 (cento e setenta e um mil e quatrocentos e noventa e oito) homens das Forças Armadas e dos Órgãos de Segurança Pública. Este número evidencia a quantidade de atores envolvidos durante a IFERJ. (GIFRJ, 2018)

Visando facilitar a identificação de ameaças, o Ministério da Defesa adotou a chamada “geração de forças” por meio do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC). “Esse plano vislumbra que o desenvolvimento de capacidades baseia-se em uma permanente análise da conjuntura e em cenários prospectivos, com o objetivo de identificar tanto as ameaças concretas quanto potenciais no conflito.” (JONAS, 2019, p. 53).

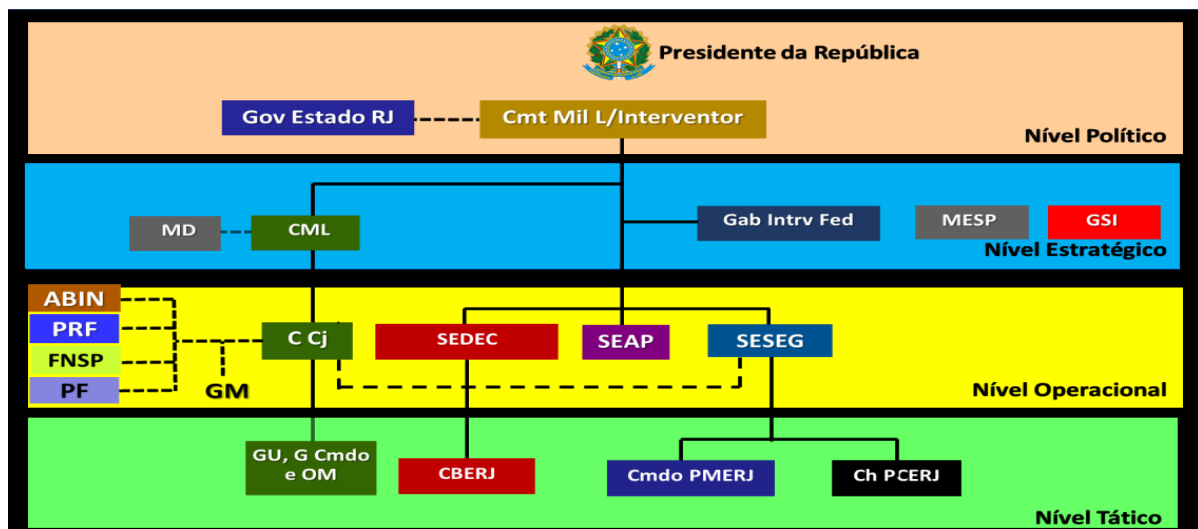
Diferente da abordagem tradicional que era baseada somente em ameaças, a abordagem do PBC, como o próprio nome diz, concentra-se nas capacidades, ou seja, busca atender uma ampla gama de possibilidades de atuação e não apenas focar em adversários específicos. Em síntese, o objetivo do plano é possibilitar a integração entre os Órgãos de Defesa e os Órgãos de Segurança Pública, a fim de reduzir a possibilidade de falhas que possam ser exploradas pelas forças oponentes e que comprometam a soberania do país.

No caso da IFERJ, devido à multiplicidade e heterogeneidade das ameaças, foi fundamental a integração entre a Secretaria de Segurança Pública (SESEG) a Secretaria de Defesa Civil (SEDEC) e a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) a fim de estrategicamente reduzir a possibilidade de “brechas” que pudessem ser exploradas por ORCRIM durante a Intervenção.

Como citado anteriormente, a coordenação com diversos atores com diferentes interesses é um dos fatores da complexidade situacional durante as Op GLO. Ao ser nomeado interventor, o General Braga Netto passou a ser o responsável pelos Órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Segurança Pública (SESEG), Secretária de Administração Penitenciária (SEAP) e Secretaria de Defesa Civil (SEDEC). A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) integram a SESEG, bem como o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) a SEDEC. A figura a seguir mostra a estrutura da divisão dos órgãos citados:

FIGURA 1

Arquitetura de Comando, Controle e Relações Institucionais



Fonte: Ramos, Silva e Santos (2018)

Com a finalidade de melhorar o comando e controle, a parte operacional da IFERJ foi dividida em dois eixos de atuação: o eixo da Defesa, sob responsabilidade de um Comando Conjunto (C Cj), e o eixo da Segurança Pública. O C Cj ficou responsável pela coordenação e emprego das tropas das Forças Armadas e foi quem viabilizou seu emprego em diversos tipos de situação, como as operações de GLO.

Há de se ressaltar que todas as agências partícipes e os OSP, durante todo o período da intervenção Federal, permaneceram integrados e sob coordenação do C Cj, sucedendo atividades de apoio relacionados a instrumentos de prevenção, coação e justiça (JONAS, 2019).

Durante essas operações, as FFAA também atuaram com características de operações interagências com integrantes da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), da Polícia Federal

(PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Força nacional de Segurança Pública (FNSP) e Guarda Municipal da cidade do Rio de Janeiro (GM/RJ).

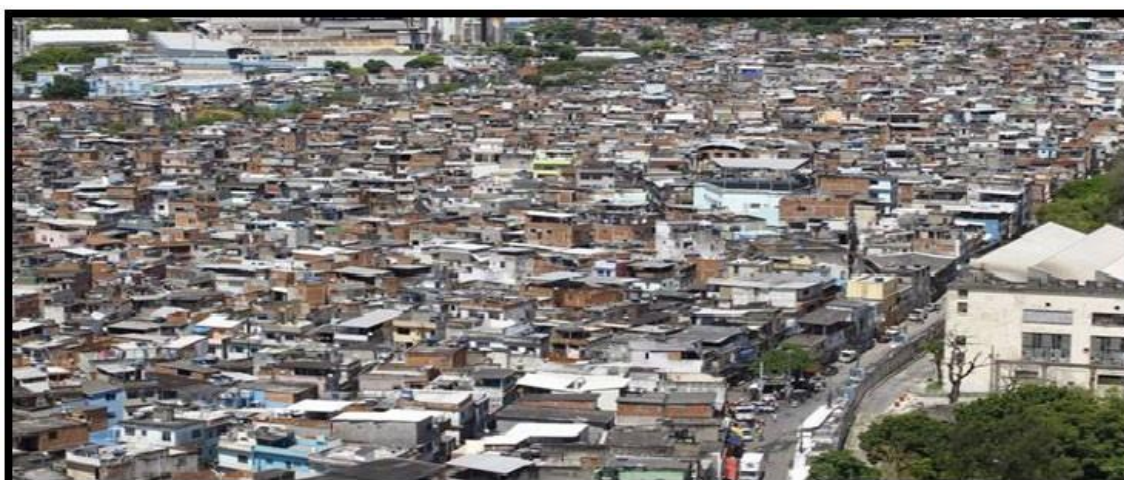
Devido a descentralização das ações, a complexidade do terreno e a baixa aceitabilidade de risco inerentes às operações de GLO em áreas urbanas, somado com a grande quantidade de atores exigiu uma eficiente coordenação e requereu uma detalhada consciência situacional de todos os envolvidos.

4.3 OPERAÇÕES EM ÁREAS EDIFICADAS

Segundo Neto (2015), a principal característica do ambiente urbano é a combinação da densidade populacional com uma grande quantidade de edificações, caracterizando uma topografia intrincada. A figura a seguir mostra a configuração de uma região típica das comunidades do Rio de Janeiro:

FIGURA 2

Área edificada típica da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: BENITES, p. 24).

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas tropas durante as Op GLO da IFERJ foi certamente o ambiente totalmente volátil, incerto, complexo e ambíguo (VUCA). Estas características estiveram presentes em boa parte dos locais onde as operações como patrulhamento, busca e apreensão e controle de vias foram realizadas.

Visando diminuir o impacto na população local, citadas as peculiaridades do ambiente operacional, houve uma elevação no emprego de armamento de calibre 5,56 mm. O calibre 5,56 mm permitiu uma boa eficiência por sua precisão, alcance adequado para ambientes urbanos e

principalmente por permitir uma neutralização com menor probabilidade de efeitos colaterais em habitantes locais se comparado com o calibre 7,62 mm. Esta menor probabilidade deu-se pelo fato de que a capacidade de transfixação em um disparo de calibre 5,56 mm é de nível moderado, já a do calibre 7,62 mm é de nível alto. Estes fatores foram de extrema importância para o emprego durante a IFERJ. (AMAZONAS, 2018).

Por último, a característica em questão (áreas edificadas) precisou ser levada em consideração durante o adestramento das tropas que foram empregadas durante a IFERJ. No caso das tropas da 12ª Briga de Infantaria Leve por exemplo, foram realizados diversos exercícios de adestramento que simularam o ambiente de operações da IFERJ.

No período de 10 a 14 de setembro de 2018, a 12ª Bda In L (Amv) realizou o Exercício de Operações de Garantia da Lei e da Ordem 2018, conhecido com Exercício Anhanguera. Seu objetivo foi capacitar os soldados do efetivo variável das organizações militares subordinadas em apoio a Órgãos Governamentais, com ênfase na tarefa de GLO (BENITES, 2019).

Benites (2019) em seu artigo reforça que os exercícios de adestramento realizados antes da Intervenção foram de extrema importância, pois adaptavam os militares a situações específicas deste ambiente operacional. Instruções de progressão em ambiente urbano, investimento em áreas edificadas e combate em recintos fechados ajudavam a ambientar a tropa com a área de atuação. Além disso as instruções como: Tiro sob estresse; Busca de alvos; Pista de Combate em Localidade, Técnica de Ação Imediata em Localidade; Tiro de Fração; Regras de Engajamento e Investimento em Localidade, ajudaram na especialização dos militares.

“Fora os adestramentos realizados, por determinação do Comando Conjunto da Intervenção Federal, todas as Unidades fora da guarnição do Rio de Janeiro deveriam realizar instruções de nivelamento no Centro de Adestramento Leste.” (BENITES, 2019, p. 40).

5 CONCLUSÃO

Na Intervenção Federal na Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro do Governo Federal do Brasil em 2018, foi reforçado o emprego do Exército Brasileiro para atuar em Op GLO. Este trabalho teve como objetivo principal mostrar e analisar as principais características das Op GLO presentes durante a intervenção: ações descentralizadas, complexidade situacional e operações em áreas edificadas.

No tocante à característica ações descentralizadas, concluiu-se que, devido à grandeza da área de responsabilidade (todo o Estado do Rio de Janeiro), foi necessário adotar uma nova forma de emprego durante a Intervenção, com a realização de ações pontuais em áreas de interesse. Para a delimitação destas áreas, foi necessário um trabalho conciso da área de inteligência, com apuração de manchas criminais e levantamento de possíveis alvos além de uma eficiente sinergia entre os outros órgãos envolvidos na missão.

Complexidade situacional é talvez a característica mais presente nas Op GLO realizadas pelas Forças Armadas na última década por diversos fatores como: a multiplicidade das ameaças, a dificuldade em diferenciá-las entre potenciais ou concretas, e a coordenação de diversos órgãos com interesses distintos. Por ocasião da Intervenção Federal não foi diferente e para combater estes problemas, foi usado o Planejamento Baseado em Capacidades. O PBC foi uma estratégia que buscou a geração de forças através da integração entre todos os órgãos envolvidos e de uma análise da conjuntura com o objetivo de identificar e diferenciar as ameaças, bem como minimizar a possibilidade de eficiência das ORCRIM.

As operações em áreas edificadas têm um caráter crítico pelas peculiaridades que o ambiente que elas se encontram possuem como: a dimensão humana, a alta possibilidade de efeito colateral e as limitações que o próprio terreno impõe à tropa. Para atuar nesse ambiente completamente volátil, incerto, complexo e ambíguo, foi necessário um exaustivo preparo da tropa, principalmente em ações como: vasculhamento, progressão em ambiente urbano, patrulhamento ostensivo, desobstrução de vias entre outras. Além disso, cabe ressaltar a eficiência do uso de munições de calibre 5,56mm durante a IFERJ, diminuindo expressivamente a possibilidade de efeitos colaterais.

Para uma apresentação das características citadas, foram usadas outras duas Operações como objeto de estudo: Operação Arcanjo e Operação São Francisco. Apesar de se enquadrarem em contextos diferentes, ambas apresentaram peculiaridades presentes nas Op GLO realizada

sobre o âmbito da IFERJ. Lições aprendidas com o emprego durante aquelas operações foram cruciais para o bom andamento desta.

Cabe ressaltar que o conhecimento das características das Op GLO apresentadas é de extrema importância para o oficial do Exército Brasileiro. Apesar do emprego na Garantia da Lei e da Ordem não ser a missão principal das Forças Armadas, os bons resultados obtidos em suas ações anteriores e alto nível de confiabilidade poderão exigir o seu emprego em missões deste caráter futuramente.

Por fim, é importante entender que por mais que as características das Op GLO já foram definidas, estudos baseados em experiências ou lições aprendidas podem futuramente vir a mudá-las ou até mesmo adicionar novas características, principalmente se observado a complexibilidade dos conflitos atuais.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS, Krístian Carlos Silva. **Fatores críticos de sucesso da Intervenção Federal no estado do Rio de Janeiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciência Militares), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

BENITES, Henrique César Ananias. **Garantia da Lei e da Ordem ou Combate em Ambiente Urbano**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciência Militares), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Operação de Garantia da Lei e da Ordem – EB70-MC-10.242**. 1 ed. Brasília, DF, 2018.

DÓRIA, Alexandre José Gomes. **Lições aprendidas e os modelos de emprego das Forças Armadas em Operações de GLO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciência Militares), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à Constituição de 1988**, 3ª Ed., São Paulo, Saraiva, 2000, Vol. I.

GIFRJ, **Diretriz de Planejamento da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2018

JONAS, Oliveira Santos Filho. **O planejamento estratégico da Intervenção Federal na Área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciência Militares), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

JUNIOR, Alex Ferreira Gomes. **A atuação das Forças Armadas e a diminuição dos índices de criminalidade no estado do Rio de Janeiro durante a Intervenção Federal**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciência Militares), Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. **Pressupostos Materiais e Formais da Intervenção Federal no Brasil**, 1ª ed., São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1994.

LIMA, C. A. D. **Os 583 dias da pacificação dos Complexos da Penha e do Alemão**. Agência 2ª Comunicação. Rio de Janeiro, 1 ed, 2012.

MENDES, Carlos Alberto Klinguelfus. **Considerações sobre a Força de Pacificação Empregada no Rio de Janeiro**. Artigo Científico – ECEME, Rio de Janeiro, 2012.

NEGRÃO, Fabio de Souza. **O emprego do Exército Brasileiro no combate ao crime organizado.** Artigo Científico – ECEME, Rio de Janeiro, 2018.

NETO, Abelardo Prisco de Souza. **O emprego da Comunicação Social na Força de Pacificação do Complexo da Maré.** Revista Military Review, Publicação da Revista Profissional do Exército dos EUA, Ano 2015, Ed. Setembro-Outubro.

NETO JÚNIOR, JOÃO. C. D. S. **A Cooperação Civil-Militar (CIMIC) ocorrida no Rio de Janeiro/RJ, durante a Operação SÃO FRANCISCO.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2016.

RAMOS, C. E.; SILVA, A. O.; SANTOS, L. S. **Plano Estratégico do Gabinete de Intervenção Federal (2018)** – Plano Estratégico da Intervenção Federal na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: GIF, 2018.